

---

# EXISTE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NO ESTADO DO MARANHÃO? UM ESTUDO A PARTIR DAS VARIÁVEIS EDUCACIONAIS E ECONÔMICAS

IS THERE SOCIO-SPACE INEQUALITY IN THE STATE OF MARANHÃO?  
A STUDY BASED ON EDUCATIONAL AND ECONOMIC VARIABLES

¿EXISTE DESIGUALDAD SOCIOESPACIAL EN EL ESTADO DE MARANHÃO?  
UN ESTUDIO BASADO EN VARIABLES EDUCATIVAS Y ECONÓMICAS

Júlia Kátia Borgneth Petrus<sup>1</sup>  
Richard Oliveira Jardim<sup>2</sup>

---

**RESUMO:** O estado do Maranhão possui diversos problemas associados às questões socioeconômicas. Isto porque é o estado com a menor renda *per capita* do Brasil, o que se reflete diretamente nas questões relacionadas à educação. A finalidade deste trabalho é analisar a desigualdade socioespacial no estado do Maranhão, levando em consideração a correlação entre as variáveis educacionais e econômicas. A pesquisa abrange todos os 217 municípios do estado em questão, divididos em nove regiões com características físicas e demográficas similares. Os dados utilizados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos quais foi gerado um considerável banco de dados. No sentido amplo da investigação, foram consideradas cinco dimensões, a saber: a dimensão demográfica, a dimensão da infraestrutura, a dimensão habitacional, a dimensão educacional e a dimensão econômica. No entanto, neste artigo se dará a conhecer as dimensões educacional e econômica, por meio de tabelas, gráficos e mapas em formato de quadros e figuras indicando o cenário das nove regiões definidas para o estado do Maranhão. Os mais favoráveis percentuais foram encontrados na capital maranhense – São Luís, bem como em São José de Ribamar e em Paço do Lumiar, o que qualifica a Região Metropolitana de São Luís na melhor posição dentre as regiões definidas. No lado diametralmente oposto, a região Nordeste, seguida das regiões Lençóis-Delta e Cocais, apresentou os piores percentuais.

**Palavras-chave:** Dimensão educacional. Dimensão econômica. Desigualdade socioespacial. Estado do Maranhão.

---

1 Graduada em Administração (UEMA) e Geografia (UNIP), Mestre em Economia Rural (UFC) e Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona (UB), Professora Associada do Departamento de Geociências da UFMA. E-mail: julia.petrus@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7593-7995>.

2 Graduado e Mestrando em Geografia (UFMA), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). E-mail: jardim.richard@discente.ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3993-3329>.

Artigo recebido em março de 2021 e aceito para publicação em agosto de 2021.

**ABSTRACT:** The state of Maranhão has several problems associated with socioeconomic issues. This is because it is the state with the lowest per capita income in Brazil, which is directly reflected in issues related to education. The purpose of this paper is to analyze socio-spatial inequality in the state of Maranhão, taking into account the correlation between educational and economic variables. The survey covers all 217 municipalities in the state in question, divided into nine regions with similar physical and demographic characteristics. The data used were extracted from the Demographic Census of 2010 of the Institute Brazilian of Geography and Statistics (IBGE), from which was generated considerable database. In the broad sense of the investigation, were considered five dimensions, namely: the demographic dimension, the infrastructure dimension, the housing dimension, the educational dimension and the economic dimension. However, this article is known the educational and economic dimensions, through tables, graphs and maps in format of chart and figures that indicate the scenario of the nine regions defined for the state of Maranhão. The most favorable percentages were found in the capital of Maranhão – São Luís, as well as in São José de Ribamar and in Paço do Lumiar, which qualifies the Metropolitan Region São Luís in the best position among the defined regions. On the diametrically opposite side, the Northeast region, followed by the Lençóis-Delta and Cocais regions, with the worst percentages.

**Keywords:** Educational dimension. Economic dimension. Socio-spatial inequality. State of Maranhão.

**RESUMEN:** El estado de Maranhão tiene varios problemas asociados a cuestiones socioeconómicas. Esto se debe a que es el estado con el ingreso per cápita más bajo de Brasil, lo que se refleja directamente en cuestiones relacionadas con la educación. El objetivo de este trabajo es analizar la desigualdad socio-espacial en el estado de Maranhão, teniendo en cuenta la correlación entre las variables educativas y económicas. La investigación abarca los 217 municipios del estado en cuestión, divididos en nueve regiones con características físicas y demográficas similares. Los datos utilizados fueron extraídos del Censo Demográfico 2010 del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), a partir del cual se generó una considerable base de datos. En el sentido amplio de la investigación, se consideraron cinco dimensiones: la dimensión demográfica, la dimensión de infraestructura, la dimensión de vivienda, la dimensión educativa y la dimensión económica. Sin embargo, este artículo dará a conocer las dimensiones educativas y económicas, a través de tablas, gráficos y mapas que están definidos en formato de tablas y figuras indicando el escenario de las nueve regiones definidas para el estado de Maranhão. Los porcentajes más favorables fueron encontrados en la capital del estado, São Luís, así como en São José de Ribamar y Paço do Lumiar, lo que califica a la Región Metropolitana de São Luís en la mejor posición entre las regiones definidas. En el lado diametralmente opuesto, están la Región Nordeste, seguida de las regiones Lençóis-Delta y Cocais, los cuales presentó los peores porcentajes.

**Palabras clave:** Dimensión educativa. Dimensión económica. Desigualdad socio-espacial. Estado de Maranhão.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido por ser um país muito desigual, embora a sua economia já tenha sido a 7ª maior do mundo no ano de 2010, à frente de países europeus, como França (8ª), Reino Unido (9ª) e outros. Com efeito, o país chegou a ocupar a 80ª posição no ranking mundial das desigualdades (BANCO MUNDIAL, 2014). Para enfatizar a concentração de renda, o site do senado, em publicação no dia 12.03.2021, com afirmação do sociólogo Luís Henrique Paiva do IPEA “O Brasil está entre os dez países mais desiguais do mundo”, e o único da América Latina, na lista que figura os países da África (AGÊNCIA SENADO, 2021).

A desigualdade e a pobreza estão vinculadas entre si, embora a primeira tenha um conceito mais amplo. A pobreza trata das privações objetivas e subjetivas que prejudicam o bem-estar, enquanto a desigualdade remete à distribuição dos referidos bens, à distribuição da renda, que é um elemento determinante da pobreza. Quando a riqueza se produz de forma muito desigual nas sociedades, são visíveis e pujantes sentimentos como o de desvalorização humana, o de não pertencimento àquela sociedade e de insegurança econômica.

Porém, não podemos isolar as análises da desigualdade somente a partir da pobreza, mas sim procurar entender o que pode levar até esta última. A relação entre o desenvolvimento econômico-social e a educação tem se intensificado em discussões nas últimas décadas, tanto em ambientes acadêmicos quanto em movimentos sociais.

O direito à educação foi uma conquista da sociedade brasileira, consagrado como o primeiro direito social no artigo 6º Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o texto constitucional, em seu artigo 205, estabelece que:

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, p. 123).

No Maranhão, o rompimento com o domínio de um único grupo político, que permaneceu no poder durante mais de cinquenta anos, tem possibilitado transformações no cenário econômico, administrativo e educacional. O poder exercido pelo monopólio do grupo antecessor deixou marcas profundas, direcionando o estado sempre à condição de mais pobre ou dentre os mais pobres do País.

Nos anos que sucederam ao monopólio de cinquenta anos de um grupo político no poder, foi possível notar uma grande preocupação do novo governo estadual em investir no sistema educacional, embora se saiba que os resultados mais profundos deste tipo de investimento só poderão ser notados a longo prazo. Ainda assim, o Maranhão permanece como o estado mais pobre da federação, segundo o IBGE com 52% da sua população em condição de pobreza, ou seja, mais de 50% dos maranhenses vivendo à margem da sociedade, sem o mínimo de dignidade (2010).

Se por um lado os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010) revelam que o Maranhão detém uma das piores condições socioeconômicas do país, por outro lado revela um estado com uma das maiores concentrações de riquezas e propriedades, com destaque para a concentração fundiária.

Ainda segundo os Censo de 2010, um total de 1.553.181 pessoas viviam em extrema pobreza no Maranhão<sup>3</sup> (IBGE, 2010). Essa situação determina que significativo contingente de famílias maranhenses seja demandante de políticas sociais públicas.

Desta maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a desigualdade socioespacial, levando em consideração a correlação entre as variáveis educacionais e econômicas do estado do Maranhão.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **Desenvolvimento econômico e social**

Sachs (2003), ao conceituar desenvolvimento, cita a relação entre a oportunidade de que cada pessoa possa desenvolver seus talentos e potencialidades, em empreendimentos individuais ou coletivos, que tornaria possível a autorrealização e a felicidade. Estas oportunidades seriam maximizadas em um ambiente de convivência e que teria o suprimento das necessidades básicas, como o acesso aos serviços públicos e ao direito à moradia de forma universalizada.

Sen (2010) discorre sobre a questão do desenvolvimento como pressuposto da eliminação das privações da liberdade, aquelas que limitam as opções de vida e as oportunidades das pessoas exercerem sua condição de agente participativo da/na sociedade.

O autor cita indícios de que as liberdades econômicas e políticas se reforçam continuamente, isto porque a liberdade advinda deste tipo de desenvolvimento holístico facilita o raciocínio de ideias de justiça a prevalecer sobre a individualidade, mas também o raciocínio do socialmente responsável, o que seria necessário para o desenvolvimento social e ambientalmente responsável (SEN, 2010).

Sen (2010) aponta a essência de algumas liberdades instrumentais. Entre elas, o autor cita as oportunidades econômicas, as liberdades políticas, as facilidades sociais, as garantias de transparência e segurança protetora que convergem na forma de liberdades substanciais, na capacidade de cada pessoa escolher o modo e os meios de vida.

O mesmo não acontece quando a pobreza implica em privação de capacidades. Daí a necessidade da avaliação das ações públicas destinadas a reduzir as desigualdades e/ou a pobreza (SEN, 2010). Aqui se destacam as oportunidades sociais que influenciam diretamente na possibilidade do indivíduo ter uma qualidade de vida melhor, como o acesso à educação e à saúde, por exemplo.

O que seria, portanto, um país desenvolvido? Ray (1998) afirma que seria aquele onde existem pessoas que são bem alimentadas, que dispõem de opções de lazer e entretenimento, que possuem acesso a bens materiais, que são livres de preconceitos e com níveis de igualdades razoáveis; definição esta que vai além da alta capacidade financeira de um país.

Para Ray (1998), Sen (2010) e Sanches (2003), as desigualdades só podem começar a ser superadas através de políticas públicas que tenham como premissa as transformações institucionais e ações com finalidades de atingir de forma positiva os segmentos política e economicamente menos representativos.

### **Desigualdade socioespacial**

O termo desigualdade social normalmente está associado ao de pobreza, devido à íntima articulação entre ambos. Para Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), a desigualdade, se comparada à pobreza, é um conceito mais amplo, pois enquanto esta última remete mais especificamente às privações objetivas e subjetivas que obstaculizam o bem-estar, a desigualdade diz respeito à distribuição dos bens e da renda, elementos que influenciam a pobreza e que se apresentam de forma bastante heterogênea nas sociedades.

Enfocando a desigualdade sob o aspecto socioespacial, Rodrigues (2007) demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida. A desigualdade socioespacial, portanto, expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriarem-se de condições adequadas de sobrevivência. Para a autora, “é visível, até para os olhares desatentos, a ‘oposição’ entre áreas ricas e áreas pobres” (RODRIGUES, 2007, p. 76).

A desigualdade socioespacial no Brasil, no entanto, não pode ser compreendida de uma forma genérica, apenas no campo do visível, tornando-se um desafio para qualquer pesquisador que queira se aprofundar nesta abordagem. É necessário, portanto, que compreendamos o processo de formação do País.

Segundo Carvalho (2007), três pilares são responsáveis pela estratificação da população brasileira e pela desigualdade econômica: a colonização, a apropriação de latifúndios e a escravidão. Com estes processos, amplia-se o acirramento das diferenças entre as classes sociais, a dificuldade no acesso à educação, a concentração de renda e, por conseguinte, aumenta o desemprego e a pobreza. Petrus e Vasconcelos Júnior (2015) aprofunda essa discussão quando afirma que a desigualdade produz pobreza absoluta e relativa, levando o indivíduo a problemas que passam, inclusive, pelo fator emocional.

Rodrigues (2007) salienta que a desigualdade socioespacial se intensifica com a acumulação flexível do capital e o predomínio do neoliberalismo; isso porque o pensamento neoliberal exige privatizações e a desregulamentação de normas de Estado.

De acordo com Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), aqueles mais desfavorecidos ocupam áreas mais desprivilegiadas, resultando numa maior precariedade urbana em todos os níveis de pobreza, seja ela a objetiva ou a subjetiva<sup>4</sup>. Para a autora, a estigmatização de determinadas áreas gera discriminação, alargando “o processo de desigualdade social, no qual o sentimento de pertencimento das pessoas se qualifica como um pertencimento a um status inferior da sociedade, com sentimentos negativos em relação a si mesmo e à comunidade a que pertence” (PETRUS; VASCONCELOS JÚNIOR, 2015, p. 172).

Tineu (2021, p. 5) sinaliza que a desigualdade pode ser pensada pela forma de acesso, classificando-a em dois tipos: “a) acesso ao mercado de trabalho que gera oportunidades diferenciadas ou uma estrutura de oportunidades; b) acesso às políticas públicas que geram as amenidades e os serviços que caracterizam a vida [...], minimizando a vulnerabilidade.”

Salienta-se a importância da redução da desigualdade, pois, como destaca Tineu (2021), com esta redução e o aumento da sociabilidade entre os diversos grupos sociais valorizam-se as particularidades e as especificidades de cada grupo. Para Tineu (2021) e Petrus e Vasconcelos Júnior (2015), o acesso ao trabalho e à cultura aumenta a autoestima do indivíduo, o bem-estar, tendo em vista que o jovem da periferia precisa de oportunidades diversas a fim de se tornar um agente transformador da sua própria realidade e da sociedade. Caso contrário, “esse conjunto de fatores faz com que o indivíduo perca a capacidade de tomar algumas decisões sobre sua vida, ou seja, tende a perder sua própria autonomia” (PETRUS; VASCONCELOS JÚNIOR, 2015, p. 172).

## **Estado, educação e desenvolvimento**

Crescemos ouvindo que devemos estudar para “ser alguém na vida”, que a vida é seletiva e que para conseguirmos algo melhor é necessário estudar. Em nossa sociedade, “perpetua-se a ideia de que os(as) pobres estão nessa condição por não trabalharem e não encontram trabalho porque não teriam a qualificação e a competência exigidas pelo mercado” (ARROYO, 2021, p. 12).

Arroyo (2021, p. 12) destaca as críticas frequentes que sustentam a ideia de que os pobres devem trabalhar “como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados(as) e assim terão renda”. Outro tipo de crítica destacado pelo autor é aquela que condena as políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, afirmando serem elas geradoras de uma legião de preguiçosos.

Não queremos partir aqui da ideia de que a escolarização, de forma isolada, conseguirá resolver a situação da pobreza no País. Isto porque, como salienta Arroyo (2021), não se pode desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises. No entanto, trabalhos como os de Barros, Franco e Mendonça (2006), de Menezes-Filho, Fernandes e Picchetti (2007) e de Souza e Carvalhaes (2014), que abordam a desigualdade de renda e englobam a educação no Brasil, apontam que a educação é um determinante importante tanto dos patamares como da dinâmica da desigualdade de renda no País. Chegamos, assim, ao seguinte questionamento: em que medida a educação pode de fato reduzir a desigualdade e a pobreza?

Para Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019), as políticas educacionais não se convertem mecanicamente em realizações escolares idênticas para todos os indivíduos na população. Desta maneira, para estes autores, a educação é condicionada por fatores demográficos e pela origem social; mais educação não indica necessariamente maiores salários. A educação não é recompensada automaticamente em maior renda; não podemos descartar a possibilidade de que existam fatores não observados importantes que interagem com a educação de uma forma complementar. Se este for o caso, o que medimos como um efeito aditivo puro da educação sobre os rendimentos seria, na realidade, apenas uma parte do real efeito ou, num cenário mais pessimista, pura expressão de viés e erros de especificação.

Para Heckman e Masterov (2007), o investimento em ensino para os jovens estimula habilidades individuais e, conseqüentemente, influi, junto com outros fatores, no desenvolvimento econômico do País. Desta maneira, os autores sugerem investimentos no setor educacional, impedindo uma réplica da falta de cuidado para com a educação durante o século XX.

A educação é um dos meios pelos quais os indivíduos conseguem acesso a um conjunto de bens e serviços disponíveis na sociedade, por isso é tida como um “direito de todo ser humano como condição necessária para ele usufruir de outros direitos constituídos numa sociedade democrática” (GADOTTI, 2005, p. 1).

Coelho (2017) afirma que a educação traz possibilidades individuais e aptidão em conhecimentos para usufruir e reivindicar direitos. Salienta-se, ainda, que ao ser incluída a educação como direito de todos na política brasileira, através da Constituição de 1988, o Estado ficou obrigado a garantir aos cidadãos os direitos à saúde, ao trabalho, à alimentação, à assistência social, à educação etc. O direito à educação está ligado à ideia de igualdade e a atuação do Estado deve, portanto, direcionar-se a ofertá-la de forma igualitária e justa.

Sen (2010) menciona que a formação do senso de justiça e o raciocínio socialmente responsável têm maior possibilidade de ocorrer por meio de um processo de educação direcionada ao desenvolver entendimentos e, com isso, incrementar cada vez mais as possibilidades (facilidades) sociais.

Sachs (2015), resgata a ideia de que o desenvolvimento econômico depende de investimentos, mas afirma que o mais importante investimento é na própria população, especialmente nas crianças, na formação do capital humano. Paiva (2001), por sua vez, afirma que capital humano é o intelecto, com as habilidades, experiência e conexões sociais de cada indivíduo, que o torna economicamente relevante e pode determinar suas opções de atividade produtiva.

Sachs (2015) afirma ainda que, da mesma maneira que o capital físico, o capital humano pode ser acumulado, individual ou coletivamente, o que significa mais educação, saúde, capacidade laboral e produtividade, além dos correlatos benéficos.

O direito à educação faz parte de uma conquista histórica da sociedade brasileira e pressupõe a ideia de igualdade, o que não é facilmente garantido a partir de vontades individualizadas, mas somente com a intervenção de um poder maior, neste caso, o Estado.

Para Sachs (2015), a educação está diretamente vinculada ao desenvolvimento; por isso, o autor sugere que deve existir investimento, possibilitando aos indivíduos o acesso à educação de qualidade. Para o autor, a formação do capital humano depende do investimento na educação.

Arroteia (2008) alerta para a análise dos custos com a educação e seus reflexos no desenvolvimento econômico, em termos quantitativos e qualitativos, porque se os mesmos foram poucos, os resultados também o serão. Assim, ao considerar um investimento, deve ser tratado como tal, numa perspectiva de pôr políticas públicas efetivas direcionadas a tal intento, de forma a se obter a maximização da formação de capital humano através da educação, com os menores custos.

Respondendo ao nosso questionamento, Medeiros, Barbosa e Carvalhaes (2019) indicam que não devemos esperar efeitos expressivos de redução da pobreza e, principalmente, da desigualdade a partir de reformas educacionais no curto prazo, mesmo que haja um grande volume de investimentos nessa área. Porém, para a questão da pobreza, em si, os impactos da educação podem ser mais relevantes, pois o acesso à educação tornou o rendimento dos pobres um pouco mais independente das características educacionais. Contudo, a longo prazo, se pode vislumbrar uma menor desigualdade social com investimentos apropriados e justos na educação, para que a tão falada meritocracia – a palavra de maior engodo, ouvida nesse governo (2021) – possa então se fazer presente. Os pobres têm a capacidade de escolhas; no caso da educação, estudar ou não, assim como as pessoas das classes média e alta.

Referir-se à meritocracia em um dos países mais desiguais do mundo só pode vir de mentes insanas, insensíveis, que desconhecem o Brasil. Como o pobre pode competir sem o básico, sem o atendimento das necessidades básicas (alimentação, proteção, teto e emprego) e sem o estudo de qualidade no qual investem as escolas privadas? Como, caros leitores?

Em um esforço de explicação do que está acontecendo com a classe média brasileira, Souza (2017) é enfático em afirmar que:

(...) a classe média adiciona a noção de merecimento de sua posição privilegiada pelo estudo e pelo trabalho duro, mérito percebido como construção individual. Ainda que a meritocracia, como a noção de sensibilidade também, seja transclassista, a classe média é seu habitat natural (SOUZA, 2017, p. 148).

Souza (2017) afirma que a pobreza é um problema do Estado, mas também de uma sociedade hipócrita, se referindo principalmente à classe média, como detentora de um capital cultural que a privilegia diante da classe empobrecida em todos os âmbitos. Ele recorda que:

(...) os filhos de classes populares não só não recebem os mesmos estímulos desde o berço, mas também tem que trabalhar e estudar desde a tenra adolescência. Na classe média, não só se transmite os estímulos privilegiados que se recebeu dos pais aos filhos, como capacidade de concentração e pensamento prospectivo, como também se compra o tempo livre dos filhos só para os estudos (SOUZA, 2017, p. 147).

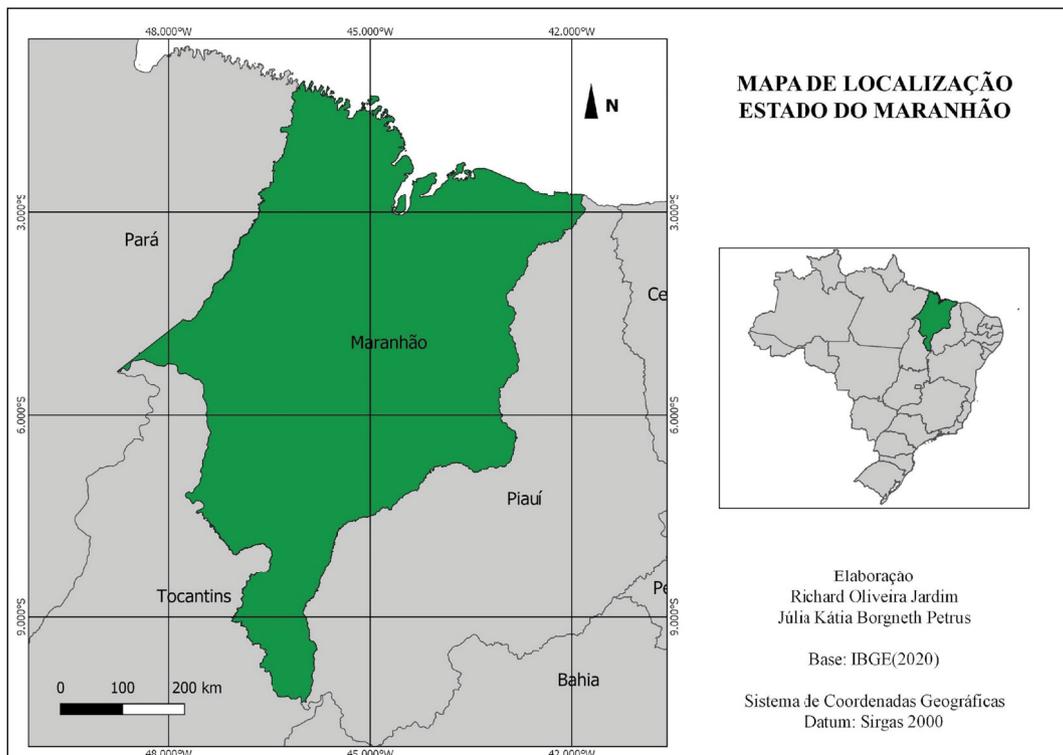
Nesse sentido, só podemos falar de meritocracia quando as classes D e E estiverem nos mesmos patamares em que a classe média brasileira se encontra.

Contudo, consideramos que os resultados finais sobre a redução da desigualdade e da pobreza podem ser aprimorados a partir de uma concretização de educação formal, informal e crítica, capaz de refletir sobre a realidade vivida em uma sociedade, levando, assim, os indivíduos a uma consciência sobre seus direitos e deveres na sociedade.

## METODOLOGIA

### Localização e situação da área de estudo

O estado do Maranhão situa-se na região Nordeste do Brasil, possui uma área superficial de 331.984 km<sup>2</sup>, e está localizado entre os paralelos 1° 01' e 10° 21' Sul e os meridianos 41° 48' e 48° 50' Oeste (Figura 1). Seus limites são, ao norte, o Oceano Atlântico (639 km); ao sul e sudoeste, o Tocantins (1060 km); a oeste, o Pará (798 km); e a leste e sudeste, o Piauí (1365 km) (MARANHÃO, 2011).



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

**Figura 1.** Mapa de localização do estado do Maranhão.

De acordo com o IBGE (2010), apenas quatro municípios apresentaram Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) alto, sendo eles: São Luís (0,76), Imperatriz (0,73), Paço do Lumiar (0,72) e São José de Ribamar (0,70); cinquenta e cinco apresentaram IDH-M médio (de 0,600 a 0,699); cento e cinquenta e quatro apresentaram IDH-M baixo (de 0,500 a 0,599); e quatro obtiveram IDH-M muito baixo: Satubinha (0,49), Jenipapo dos Vieiras (0,49), Marajá do Sena (0,45) e Fernando Falcão (0,44).

## **Divisão regional do Maranhão**

Antes de apresentar a divisão regional adotada neste trabalho, é necessário esclarecer que o território do Maranhão já foi regionalizado por outras instituições com diversos intentos, como é o caso do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

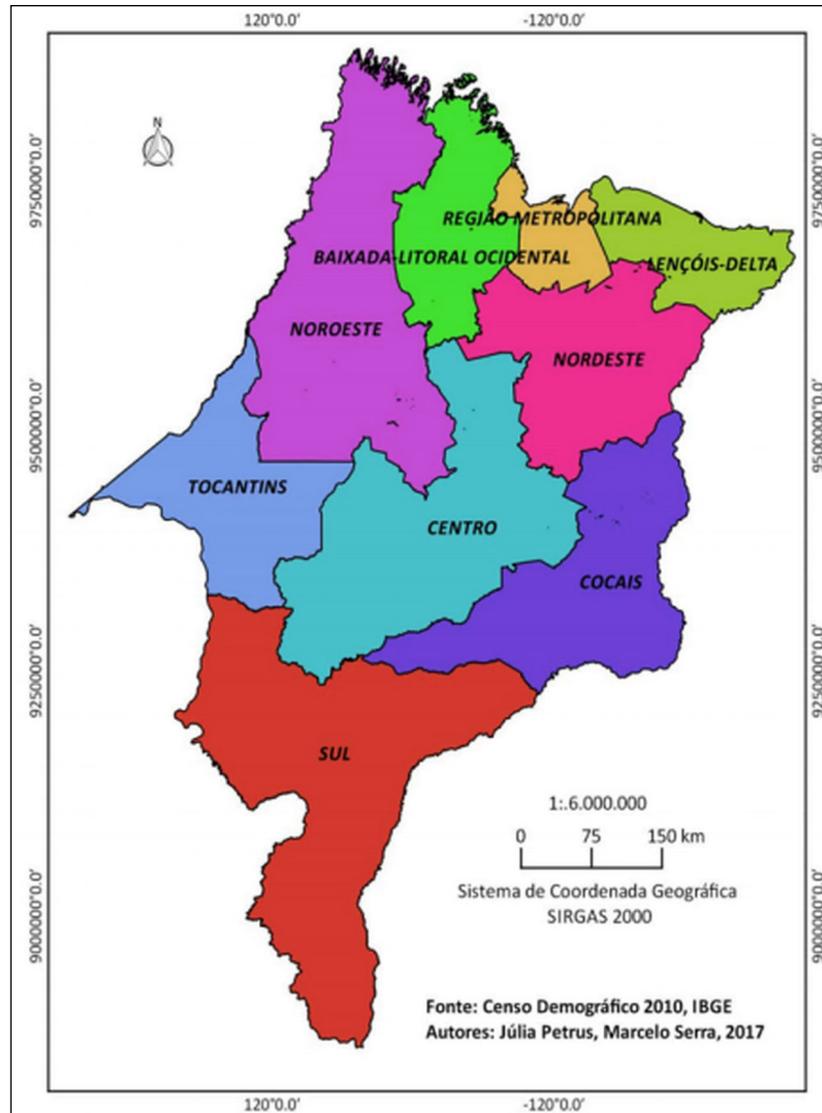
Contudo, aqui se utilizou uma distribuição proposta por um dos autores deste trabalho, que fora realizada em outra situação e junto a um bolsista<sup>5</sup> do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC).

A equipe dividiu o Maranhão em nove regiões, levando em consideração tanto a proximidade quanto as características demográficas e físicas, para atender o objetivo do trabalho, que foi o de gerar mapas diversos, dando a conhecer alguns problemas elencados pelos autores. Portanto, é relevante saber que o presente artigo faz parte de um trabalho maior, no qual foram levadas em consideração as dimensões demográficas, de infraestrutura, habitacional, educacional e econômica; estas duas últimas constituindo o objeto deste artigo.

O estado do Maranhão foi dividido em nove regiões a fim de facilitar a compreensão e a dimensão dos dados colhidos e processados para a cartografia temática, bem como para a elaboração de tabelas, de modo que, ao visualizá-las, o leitor saiba identificar e localizar as informações sem que faça grande esforço visual. Isto porque o Maranhão é um estado de grande extensão territorial, com 331.935,507 km<sup>2</sup>, contando com um elevado número de municípios (217).

A divisão em nove regiões foi resultante da fusão e mescla das cinco microrregiões propostas pelo IBGE com a recém-criada Região Metropolitana de São Luís, instituída pela Lei Complementar Estadual n. 174, de 25 de maio de 2015.

As mesorregiões foram elaboradas levando-se em consideração três dimensões responsáveis por conferir identidade regional: o processo social como determinante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares como elemento de articulação espacial. Assim, conforme mostra a Figura 2, foram definidas as seguintes nove regiões: Baixada-Litoral Ocidental, Nordeste, Região Metropolitana, Lençóis-Delta, Noroeste, Cocais, Centro, Tocantins e Sul.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus e Pablo Calzado (2018).

**Figura 2.** Divisão do estado do Maranhão em nove regiões.

Como citado anteriormente, o referido artigo enfoca duas das dimensões abrangidas pelo trabalho maior, a saber, a dimensão educacional e a dimensão econômica. Na dimensão educacional, foi trabalhada a variável “pessoas não alfabetizadas”. Na dimensão econômica, duas variáveis foram consideradas: “pessoas sem rendimentos” e “pessoas que ganham até um salário mínimo”.

### Procedimentos metodológicos

A principal fonte de dados deste estudo foi o Censo de 2010 do IBGE. A pesquisa adota uma abordagem quantitativa, que expõe, por meio de informações numéricas, os resultados obtidos, empenhando-se para não intervir nos mesmos, possibilitando uma segura elucidação e provocando algumas reflexões acerca das dimensões estudadas (educacional e econômica).

Quanto aos objetivos, o método utilizado é de caráter descritivo, o que combina com a abordagem quantitativa, pois busca descrever o máximo possível o que está exposto nos números relativos e absolutos. Todavia, o estudo não deixa de também expressar uma percepção baseada em literatura sobre o assunto e na vivência dos autores, já que o objeto de estudo – o estado do Maranhão – constitui também o local de pertencimento dos mesmos. Assim, considera-se que a abordagem qualitativa também constitui uma parte significativa e ampla da pesquisa, pois está voltada para retroalimentar as interpretações dos números.

Os dados obtidos foram tabulados em planilha de Excel, no qual também foram geradas tabelas (quadros) que fazem parte dos resultados da pesquisa em questão. Os mapas, apresentados como figuras neste artigo, foram elaborados no programa ArcGIS versão 10. Os mapas temáticos gerados com base nas dimensões educacional e econômica são monocromáticos em diferentes tonalidades, obtidas pela utilização de cores *dégradé* –. As cores mais claras indicam situações mais favoráveis e os tons de cores mais escuras sinalizam mais vulnerabilidades na variável estudada nos mapas em questão.

## CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DAS REGIÕES ESTUDADAS

Esse tópico trata de caracterizar as nove regiões eleitas para o trabalho, dando a conhecer as suas respectivas populações em números absolutos e relativos, as suas densidades populacionais (Quadro 1) bem como as proporções da população urbana e rural e a distribuição populacional por gênero.

**Quadro 1.** População total, área e densidade demográfica das regiões do Maranhão.

Regiões	População	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica hab/km <sup>2</sup>
Maranhão	6.574.789	331937,450	19,80
Baixada Litoral-Occidental	657.874	21.583,828	30,48
Centro	915.039	54.371,034	16,83
Cocais	625.665	40.360,926	15,50
Lençóis-Delta	315.201	16.261,101	19,49
Nordeste	850.307	38.348,595	22,17
Noroeste	843.074	56.193,987	15,00
Região Metropolitana de São Luís	1.492.370	8.303,189	179,73
Sul	308.393	67.693,423	4,56
Tocantins	566.866	29.245,926	19,38

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Comparado a outros estados brasileiros, o Maranhão não é um dos mais populosos, isto porque na lista dos três mais populosos estavam São Paulo, com 41.262.199 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 46.289.333 em 2020 (IBGE, 2020<sup>6</sup>); Minas Gerais, com 19.597.333 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 21.292.66 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); e Rio de Janeiro, com 15.989.929 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 17.366.189 habitantes em 2020 (IBGE, 2020).

Por outro lado, o Maranhão também não se encontra entre os estados menos populosos, que são: Roraima, com 450.479 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 631.181 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); Amapá, com 669.526 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 861.773 habitantes em 2020 (IBGE, 2020); Acre, com 733.559 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) e 894.470 habitantes em 2020 (IBGE, 2020). A população absoluta do estado do Maranhão é a 10ª maior do Brasil, enquanto a densidade demográfica é a 16ª maior do País. De qualquer maneira, seguindo a tendência do Brasil, o Maranhão não é um estado muito povoado: sua densidade demográfica era de 19,8 habitantes por km<sup>2</sup> em 2010, enquanto a do Brasil era de 22,4 habitantes por km<sup>2</sup>.

**Quadro 2.** População urbana e rural das nove regiões do Maranhão.

Regiões	Urbana	% Urbana	Rural	% Rural	Total
Baixada Litoral-Occidental	299.350	45	358.524	55	657.874
Centro	508.989	55	406.050	45	915.039
Cocais	431.841	69	193.824	31	625.665
Lençóis-Delta	115.736	36	199.465	64	315.201
Nordeste	506.654	59	343.653	41	850.307
Noroeste	472.805	56	370.269	44	843.074
Região Metropolitana de São Luís	1.166.758	78	325.612	22	1.492.370
Sul	214.154	69	94.239	31	308.393
Tocantins	430.862	76	136.004	24	566.866
TOTAL	4.147.149	63	2.427.640	37	6.574.789

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Também foi possível notar que a maior parte da população maranhense estava na zona urbana, com destaque para a Região Metropolitana de São Luís, a Região do Centro e a Região do Nordeste. As regiões com menor número de habitantes são a do Sul e a dos Lençóis-Delta. No entanto, as regiões da Baixada Litoral-Occidental e a dos Lençóis-Delta possuem uma população maior na zona rural que na zona urbana, não acompanhando a tendência das outras regiões.

**Quadro 3.** População por gênero das nove regiões do Maranhão

Regiões	Homens	% Homens	Mulheres	% Mulheres	Total
Baixada Litoral-Occidental	332.248	50,5	325.626	49,5	657.874
Centro	457.223	49,9	457.816	50,1	915.039
Cocais	308.743	49,3	316.922	50,3	625.665
Lençóis-Delta	161.846	51,3	153.355	48,7	315.201
Nordeste	424.708	49,9	425.599	50,1	850.307
Noroeste	426.607	50,6	416.467	49,4	843.074
Região Metropolitana de São Luís	710.934	47,6	781.436	52,4	1.492.370
Sul	157.867	51,1	150.526	48,9	308.393
Tocantins	281.339	49,6	285.527	50,4	566.866
TOTAL	2.836.807	43,1	3.313.274	56,9	6.574.789

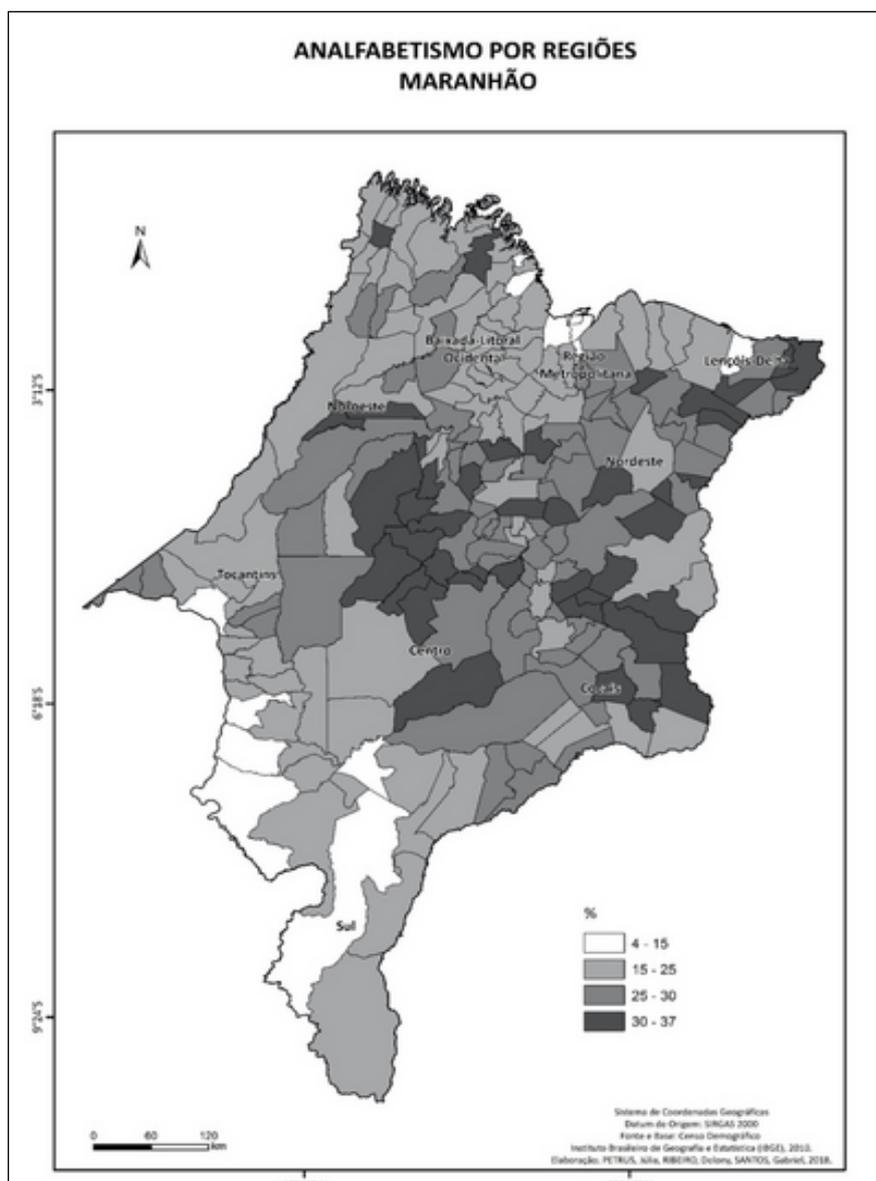
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

Quanto ao perfil de gênero, a proporção da população feminina ultrapassa a da masculina na maioria das regiões, à exceção da Baixada Litoral-Ocidental, dos Lençóis-Delta, da Noroeste e da Sul, nas quais a população masculina supera a feminina.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados obtidos nesta pesquisa trazem informações sobre como a educação esteve correlacionada à renda no estado do Maranhão no ano de 2010. Para tanto, apresentamos tabelas e mapas que buscam demonstrar essa realidade em uma perspectiva espacial.

Inicialmente, constatou-se que o índice de analfabetismo no estado variou entre 4 e 37%. Essa variação tende a se tornar distinta quando os dados são tratados por regiões isoladas.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

**Figura 3.** Distribuição espacial das pessoas não alfabetizadas no estado do Maranhão, 2010.



**Quadro 4.** Total de pessoas com mais de dez anos, total de pessoas com mais de 10 anos que ganham até um salário mínimo e porcentagem de pessoas com mais de dez anos que ganham até um salário mínimo.

REGIÕES	Total de pessoas com 10 anos a mais	Total de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 SM	% de pessoas com mais de 10 anos que ganham até 1SM	Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento	%Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento
Baixada Litoral-Occidental	522602	232669	44,60	247145	47,96
Centro	727522	309131	42,34	344779	48,79
Cocais	502315	214709	42,79	227353	47,24
Lençóis-Delta	242226	93389	38,32	131028	54,91
Nordeste	663784	267789	39,45	343313	53,23
Noroeste	654578	269598	41,20	321987	49,84
Região Metropolitana de São Luís	1249976	386571	37,40	535102	50,05
Sul	246274	91604	38,16	111837	48,42
Tocantins	456463	175795	42,00	190080	44,34
<b>TOTAL</b>	<b>5265740</b>	<b>2041255</b>	<b>40,70</b>	<b>2452624</b>	<b>49,42</b>

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

No Quadro 4, ainda, é possível observar a distribuição espacial pelo estado, dividido também entre as nove regiões. Desta maneira, a região da Baixada-Litoral Occidental é a que possuía maior percentual de pessoas com mais de dez anos que ganham até um salário mínimo, chegando a 44,60%. O menor percentual se encontra na Região Metropolitana de São Luís, com 37,40%. O fato é que o Maranhão possui 40,7% de sua população ganhando até 1 salário mínimo, porém, ainda temos uma variável importante a ser somada a esse percentual, que corresponde às pessoas que não possuem nenhum tipo de rendimento, o que aumenta consideravelmente o número de pessoas que vivem precariamente no estado em questão.

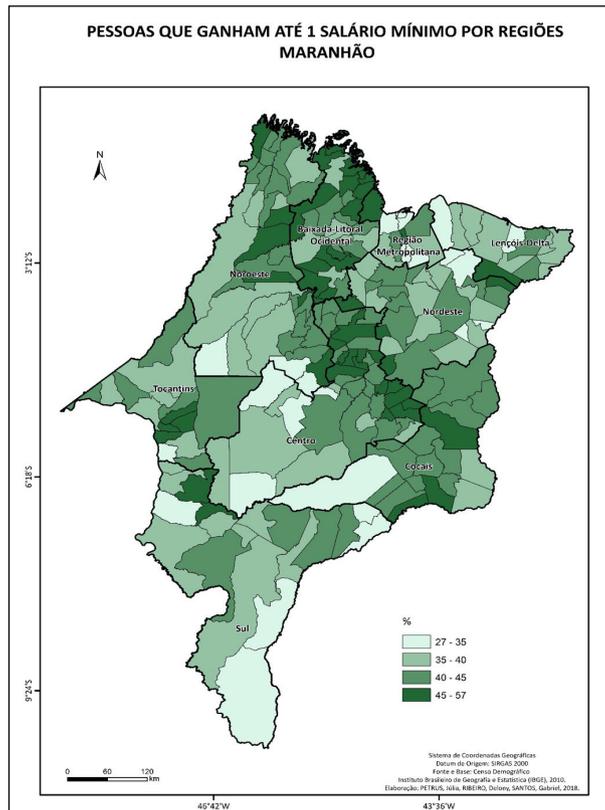
Quando se soma todas as pessoas que ganham até um salário mínimo e as pessoas que não têm rendimentos, constata-se, no Quadro 5, que quase toda a população – cerca de 90,12% dos habitantes – está inserida nessas duas frágeis variáveis. A região onde esse percentual é mais alto é a dos Lençóis-Delta (93,23%), enquanto as regiões com menores percentuais são a do Tocantins (86,34%) e a do Sul (86,58%). Percebe-se que a soma dos percentuais de pessoas sem rendimentos e daquelas que recebem até 1 salário mínimo totalizam 5.925.199 habitantes, um dado alarmante e opressor.

**Quadro 5.** Percentagem de pessoas com mais de 10 anos que ganham até um salário mínimo, percentagem pessoas com mais de 10 anos sem rendimentos e total dos dois percentuais.

REGIÕES	% de pessoas com mais de 10 anos que ganham até 1SM	%Total de pessoas de 10 anos a mais sem rendimento	Soma dos percentuais
Baixada Litoral-Occidental	44,60	47,96	92,56
Centro	42,34	48,79	91,14
Cocais	42,79	47,24	90,02
Lençóis-Delta	38,32	54,91	93,23
Nordeste	39,45	53,23	92,68
Noroeste	41,20	49,84	91,04
Região Metropolitana de São Luís	37,40	50,05	87,45
Sul	38,16	48,42	86,58
Tocantins	42,00	44,34	86,34
<b>TOTAL</b>	<b>40,70</b>	<b>49,42</b>	<b>90,12</b>

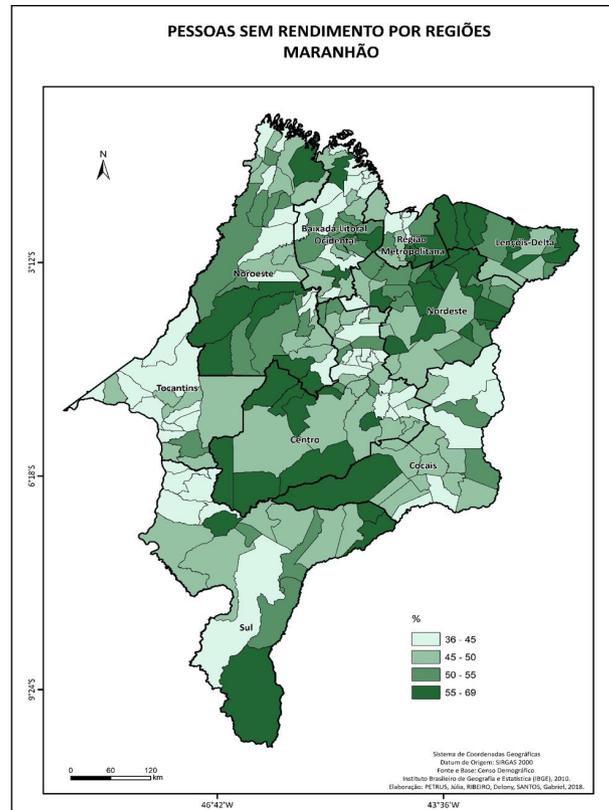
Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

A Figura 5 identifica as nove regiões pelo percentual de pessoas que ganham até 1 salário mínimo, enquanto a Figura 6 aponta os percentuais altíssimos de pessoas que não têm rendimentos no estado do Maranhão, distribuídas pelas nove regiões elencadas, o que denota uma situação caótica.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

**Figura 5.** Percentagens de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 salário mínimo por região do estado do Maranhão.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Júlia Petrus, Delony Ribeiro e Gabriel Santos (2018).

**Figura 6.** Porcentagens de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos por região do estado do Maranhão.

Apesar de todo o estado do Maranhão apresentar percentuais elevados, principalmente no quesito de pessoas sem rendimentos, podemos especificar regiões com percentuais menores, como a do Tocantins, com 44,34%, e regiões com percentuais maiores, como a dos Lençóis-Delta, com 54,91%.

Marajá do Sena é o município que apresenta maior número de pessoas sem nenhum rendimento (68,3% da sua população), característica de uma situação de pobreza absoluta; em seguida, vêm os municípios de Jenipapo dos Vieiras (64,7%), Cachoeira Grande (63,8%), Bom Jesus das Selvas (63,7%) e Belágua (63%). Estes municípios localizam-se em regiões distintas, à exceção de Marajá do Sena e de Bom Jesus das Selvas, que se encontram ambos na Região Noroeste.

### Situação do analfabetismo versus renda por região maranhense

Analisando a correlação entre os percentuais de pessoas de 10 anos e mais não alfabetizadas e a renda, utilizando duas variáveis – as porcentagens de pessoas de 10 a mais que ganham até 1 salário mínimo e as de pessoas de 10 a mais sem rendimentos – encontramos as médias por região. No Quadro 6 é possível observar a distribuição dos dados tratados pelas nove regiões demarcadas.

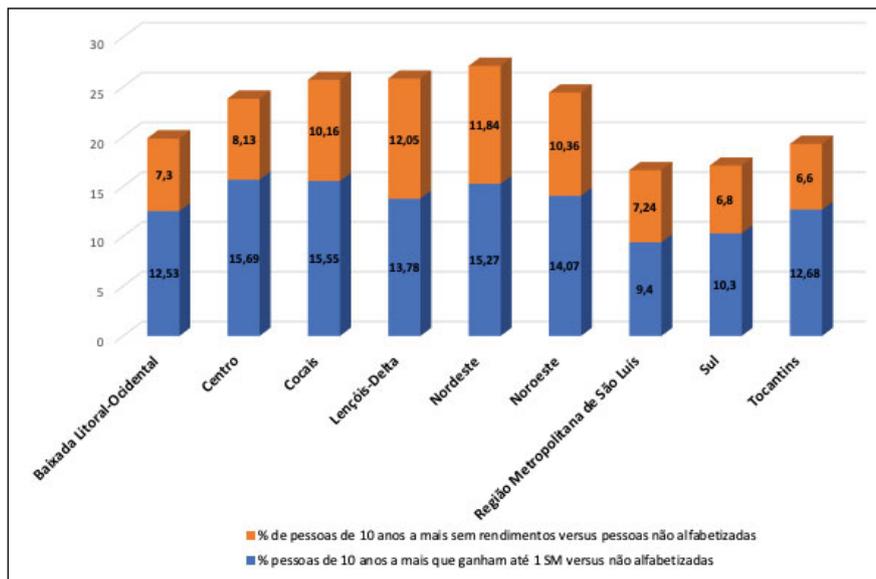
**Quadro 6.** Média da porcentagem de pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 salário mínimo versus não alfabetizadas e média da porcentagem de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos versus não alfabetizadas.

Regiões	% pessoas de 10 anos a mais que ganham até 1 SM versus não alfabetizadas	% de pessoas de 10 anos a mais sem rendimentos versus pessoas não alfabetizadas
Baixada Litoral-Occidental	12,53	7,30
Centro	15,69	8,13
Cocais	15,55	10,16
Lençóis-Delta	13,78	12,05
Nordeste	15,27	11,84
Noroeste	14,07	10,36
Região Metropolitana de São Luís	9,4	7,24
Sul	10,3	6,8
Tocantins	12,68	6,6

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

A Região do Centro tem um percentual de 15,69% de pessoas que ganham até 1 salário mínimo e não são alfabetizadas, o que equivale a 143.570 pessoas. Lençóis-Delta é a região que tem o maior percentual de pessoas com mais de 10 anos que não têm rendimentos e nem ensino formal.

Quanto às melhores taxas, verificou-se que 9,4% da população da Região Metropolitana de São Luís não sabe ler nem escrever e ganha até um salário mínimo, enquanto que, na junção das variáveis “não alfabetizados” e “sem rendimentos”, a Região do Tocantins apresentou uma porcentagem de 6,6%, seguida da Região Sul, com 6,8%, e da Região Metropolitana, com 7,24%.



Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria dos autores (2021).

**Figura 7.** A soma dos percentuais das pessoas 10 anos a mais que não são alfabetizadas versus sem rendimentos e que ganham até 1 salário mínimo.

Quando se somam as duas variáveis mais precárias de renda (Figura 7), a Região Nordeste desponta com 27,11% dos seus 850.307 habitantes que têm 10 anos a mais e que não são alfabetizados e que não possuem rendimentos ou que ganham até 1 salário mínimo. Mais de ¼ da população dessa região não é alfabetizada, o que está diretamente relacionado com a renda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já foi mencionado, este artigo faz parte de uma pesquisa maior, que trata de cinco dimensões: a demográfica, a da infraestrutura, a habitacional, a educacional e a econômica, sendo as duas últimas, objeto desta pesquisa.

A pesquisa, de natureza quantitativa e descritiva, gerou um importante banco de dados no programa de Excel, que futuramente poderá ser comparado com os dados do próximo Censo brasileiro, sem data definida, bem como se poderá acrescentar outras variáveis que se façam necessárias.

Neste artigo, apresentam-se dados que correlacionam a educação com a falta ou a insuficiência de renda, resultando em várias outras pobreza. A falta de renda acoplada a pessoas não alfabetizadas é fator determinante de uma vida precária.

Quanto às características demográficas das regiões elencadas nesta pesquisa, a Região Metropolitana de São Luís tem a maior densidade (179,73 hab/km<sup>2</sup>), o que se justifica pelo fato de que a capital São Luís está inserida nessa região. A população maranhense segue o ritmo brasileiro quanto à sua urbanização, mesmo que em um ritmo mais lento; em 2010, o Maranhão tinha 63% de sua população considerada urbana. A Região do Tocantins e a Metropolitana de São Luís são as mais urbanizadas, enquanto a Região dos Lençóis-Delta e a Região da Baixada Litoral-Occidental possuem uma proporção maior de população rural.

O Brasil como um todo diminuiu a taxa de analfabetismo nos últimos censos. Algumas medidas importantes foram tomadas para manter crianças e adolescentes em sala de aula. Essas medidas atingem principalmente as famílias pobres brasileiras de classe D e E, pois o recebimento e a renovação de benefícios assistenciais do governo estão condicionados à matrícula dos jovens na escola e à não-evasão. Por outro lado, a taxa de desemprego tem aumentado. De todas as formas, para o pobre sem estudo lhe resta o subemprego.

Nesta pesquisa os índices mais elevados de analfabetismo foram constatados nos municípios de Belágua (36,6%), Marajá do Sena (36,5%), São João do Sóter (36%) e Aldeias Altas (35,1%); respectivamente, nas regiões Nordeste, Noroeste, Cocais e, novamente, Nordeste. Os menores índices foram os da ilha do Maranhão e os pertencentes à Região Metropolitana de São Luís, nomeadamente os municípios de São Luís (4,5%), Paço do Lumiar (5,5%) e São José de Ribamar (6,2%),

Lençóis-Delta é a região com maior percentual de pessoas sem rendimento, chegando a 54,91% de sua população. Também essa é a região que possui 93,23% da sua população composta por pessoas com mais de 10 anos que não têm rendimentos e por pessoas que ganham até um salário mínimo. O município que detém o maior percentual de pessoas sem rendimento é Marajá do Sena, com 68,3%, município este que, inclusive, aparece desfavoravelmente em várias outras variáveis.

E como última análise da correlação da educação com falta de rendimentos ou rendimentos insuficientes, encontramos a Região Nordeste, com um percentual de 27,11%, seguida das regiões dos Lençóis-Delta e de Cocais (25,83% e 25,71%, respectivamente).

Os melhores percentuais, tanto na educação, notadamente na variável “não alfabetizados”, como na renda, nas variáveis “porcentagem de pessoas que ganham até 1 salário mínimo” e “porcentagem de pessoas que não têm rendimentos”, se encontram na capital do Maranhão, São Luís, bem como em dois outros municípios que se localizam na ilha do Maranhão: São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Quando os dados são cruzados<sup>7</sup>, esses municípios também aparecem com taxas melhores.

Os dados encontrados nesta pesquisa não são animadores, mas lembramos que são dados colhidos pelo IBGE no ano de 2010; desde então, já se passaram 11 anos. Espera-se que o novo censo mostre que essa realidade vem mudando para melhor – em direção a uma melhor condição de vida da população maranhense.

## NOTAS

3 Pessoas que estão em situação de extrema pobreza ou abaixo da linha da pobreza são aquelas que ganham menos de 1,90 dólares por dia (critério aplicado pelo Banco Mundial), que corresponde aproximadamente a 315,00 reais (maio/2021). Por outro lado, pessoas pobres são aquelas que vivem com menos de 5,50 dólares, equivalente a cerca de 908,00 reais (maio/2021) (NERY, 2019).

4 Max-Neef (2012), economista chileno não conservador, pois acreditava que a globalização é desastrosa para o meio ambiente, e que priorizou o ser humano em suas análises, pontua nove necessidades humanas fundamentais: o sustento (necessidades básicas); a segurança (proteção); o amor; a empatia; a descontração; a comunidade; a criatividade; a autonomia; e o sentido.

5 Marcelo Ferreira, graduado em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão.

6 Estimativa do IBGE, data de referência: 1º de julho de 2010.

7 Os dados que cruzam as variáveis “porcentagem de pessoas não alfabetizadas”, “porcentagem de pessoas sem rendimentos” e “porcentagem de pessoas que ganham até 1 salário mínimo” foram gerados pelo próprio IBGE (2010).

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 08 maio 2021.

ARROTEIA, J. de C. **Educação e desenvolvimento: fundamentos e conceitos**. Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação, 2008.

ARROYO, M. G. **Pobreza, desigualdades e educação**. 2021. Disponível em: [egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf](http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf). Acesso em: 12 mar. 2021.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais

- n<sup>os</sup> 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo n<sup>o</sup> 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.
- CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 256 p.
- GADOTTI, M. **A questão da educação formal/não-formal**. 2005. Disponível em: [https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod\\_resource/content/1/Educacao\\_Forma\\_Nao\\_Forma\\_2005.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/305943/mod_resource/content/1/Educacao_Forma_Nao_Forma_2005.pdf). Acesso em: 15 ago. 2017.
- HECKMAN, J. J.; MASTEROV, D. V. The productivity argument for investing in young children. **Review of Agricultural Economics**, v. 29, n. 3, p. 446-493, 2007.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>. Acesso em: 02 maio 2021
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população 2020**: Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\\_de\\_Populacao/Estimativas\\_2020/estimativa\\_dou\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2020/estimativa_dou_2020.pdf)Acesso em: 07 maio 2021.
- MARANHÃO (Estado). **Decreto n<sup>o</sup> 27.317, de 14 de abril de 2011**. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no estado do Maranhão. São Luís: SEMA, 2011. Disponível em: <http://www.oads.org.br/leis/2503.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana: concepção, aplicação e reflexos posteriores**. 1. ed. Blumenau: EDIFURB, 2012. 108 p.
- MEDEIROS, M.; BARBOSA, R. J.; CAVALHAES, F. Educação, desigualdade e redução da pobreza no Brasil. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro: IPEA, n. 2447, p. 7-49, fev. 2019.
- MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. Educação e queda recente da desigualdade no Brasil. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (ed.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2. p. 285-304.
- NERY, C. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 06 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>. Acesso em: 09 maio 2021.
- PETRUS, J. K. B.; VASCONCELOS JÚNIOR, M. P. A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 9 n. 2, 2015.
- RAY, D. **Development economics**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1998.
- RODRIGUES, A. M. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Cidades**, v. 4, n. 6, 2007. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/571/602>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017. 300 p.
- SOUZA, P. H. G. F.; CARVALHAES, F. A. O. Estrutura de classes, educação e queda da desigualdade de renda (2002-2011). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 101-128, 2014.
- TINEU, R. **Desigualdade e Segregação socioespacial da população negra da cidade de São Paulo: análises preliminares da primeira década do século XXI**. 2021. Disponível em: <https://www.belasartes.br/revistabelasartes/downloads/artigos/19/desigualdade-e-segregacao-socioespacial-da-populacao-negra-da-cidade-de-sao-paulo-analises-preliminares-da-primeira-decada-do-seculo-xxi.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.